vinetur

CBP exige padrões de segurança mais rigorosos aos importadores de registo estrangeiros até 2027

A regra levará as empresas a procurar validação CTPAT ou a recorrer a despachantes aduaneiros validados pelo CTPAT antes de 5 de janeiro de 2027

sábado, 14 de novembro de 2026



A U.S. Customs and Border Protection está a tornar mais rigorosas as condições em que as empresas estrangeiras podem atuar como importadores de registo nos Estados Unidos, uma alteração que poderá obrigar muitos importadores a rever a forma como desalfandegam mercadorias na fronteira antes de 5 de janeiro de 2027.

Numa regra final provisória publicada no Federal Register a 6 de novembro, a CBP estabeleceu o que designou por requisitos reforçados para os importadores de registo estrangeiros. Segundo uma atualização logística divulgada na sexta-feira, 13 de novembro, pela Wine and Spirits Shippers Association, em geral, um importador de registo estrangeiro terá de ser validado no âmbito do CTPAT ou recorrer a um despachante aduaneiro validado pelo CTPAT.

O importador de registo é a parte legalmente responsável pela declaração aduaneira, pelo cumprimento das normas e pelo pagamento de direitos e taxas. Em muitos casos, essa função cabe a um importador ou distribuidor dos EUA, mas algumas cadeias de abastecimento recorrem a estruturas com um importador de registo estrangeiro, que permitem a um fornecedor do exterior ou a outra entidade não norte-americana assumir essa função. A nova regra não elimina essas estruturas, mas aumenta o nível de conformidade exigido para as utilizar.

A CBP acrescentou também três novos campos de dados aos formulários 3461 e 7501, os principais formulários utilizados para a autorização de saída da carga e para a declaração sumária de entrada, segundo a WSSA, que citou a mensagem da CBP CSMS #70381183. A associação afirmou que as empresas que não tenham a certeza do seu estatuto de importador de registo, que importem através de uma estrutura com um IOR estrangeiro ou que trabalhem com fornecedores estrangeiros que atuem como importadores de registo devem analisar a regra desde já.

A medida entra em vigor a título provisório, enquanto a agência continua a recolher opiniões sobre outras questões relacionadas com a divulgação de informações da cadeia de abastecimento. A WSSA afirmou que o prazo para apresentar comentários sobre a notificação prévia separada da CBP relativa à divulgação de informações da cadeia de abastecimento termina a 1 de dezembro.

A regra é relevante para muitos setores, mas poderá ter especial importância para as importações de bebidas. Algumas adegas, destilarias e empresas comerciais estrangeiras recorrem a estruturas com um importador de registo estrangeiro para introduzir produtos no mercado dos EUA. Essas empresas, bem como os distribuidores e importadores norte-americanos que compram os seus produtos, poderão agora ter de decidir se procuram obter a validação CTPAT, se passam a recorrer a um despachante aduaneiro validado ou se alteram a sua estrutura de importação. Isso poderá implicar mais trabalho de conformidade, novas relações com despachantes e custos potencialmente mais elevados para introduzir vinho, bebidas espirituosas ou outras bebidas no país.

A alteração surge numa altura em que os importadores já enfrentam um contexto comercial mais incerto. Na mesma atualização de sexta-feira, 13 de novembro, a WSSA afirmou que o Office of the U.S. Trade Representative tinha finalizado uma prorrogação de dois meses da suspensão das taxas marítimas da Secção 301 aplicadas a navios construídos ou operados pela China, adiando o prazo para 9 de janeiro de 2027. A associação afirmou que os importadores devem continuar a considerar 10 de janeiro de 2027 uma data a ter em conta, uma vez que o governo ainda não decidiu se voltará a prorrogar a suspensão ou se tomará outra medida.

A WSSA afirmou que abordará os novos requisitos aduaneiros num webinar a 17 de novembro, dedicado ao que descreveu como uma nova era de fiscalização aduaneira. A sessão deverá abordar a regra relativa aos importadores estrangeiros, as propostas de divulgação de informações da cadeia de abastecimento, as vantagens do CTPAT, o aumento das inspeções aduaneiras e o tratamento dos CF29 e das notificações de sanções. Os oradores serão William Ferrara, cofundador e presidente da Harbour Island Consulting e antigo comissário-adjunto executivo do Office of Field Operations da CBP, e Alison Leavitt, diretora-geral da WSSA.